

CPI acha que CEF ajudou máfia

BRASÍLIA — A subcomissão de bancos da CPI da máfia do Orçamento ouvirá na semana que vem o gerente-geral da agência Congresso da Caixa Econômica Federal, Ricardo Henrique Sunher Caddah. A CPI quer saber se Ricardo mentiu, para proteger o deputado Ibsen Pinheiro, ou se enganou mesmo em relação à data do início do desbloqueio de cruzados novos na conta do parlamentar. A CPI desconfia de um esquema na agência com os deputados envolvidos na máfia do Orçamento, para facilitar suas movimentações de altas somas de dinheiro.

Na carta falsa que enviara a Ibsen Pinheiro, para atestar que os lançamentos em sua conta eram todos provenientes da liberação de cruzados novos, Cad-

dah põe o dia 1º de janeiro de 1989 como sendo a data de início das liberações. Mas o desbloqueio dos cruzados só começou em agosto daquele ano. Perguntado pelo GLOBO sobre esse erro, Caddah disse, simplesmente, que cometera um engano.

— Vamos ter que investigar esse homem, saber se mentiu ou se realmente apenas se enganou — disse um parlamentar da CPI.

As altas somas de dinheiro movimentadas a partir das contas dos “anões” do Orçamento levam a CPI a desconfiar que Ricardo Caddah pudesse ser conivente com as irregularidades dos seus clientes. Num determinado momento, por exemplo, o deputado João Alves (PPR-BA) teria feito um depósito, em di-

nheiro, de cerca de US\$ 1 milhão em sua conta.

A agência Congresso da CEF não passa de um balcão com seis caixas no corredor entre a Câmara e o Senado, no prédio principal do Congresso. É totalmente devassada. Não há qualquer sala que preserve os deputados no momento de mexer com dinheiro. E os membros da CPI não conseguem conceber que João Alves tivesse entrado na fila do banco e fosse tirando de uma mala maços e maços de dinheiro até completar US\$ 1 milhão.

— Issó é realmente inconcebível. Não posso acreditar que houvesse movimento tão grande em dinheiro em espécie assim. Ele deve ter comprado algum cheque administrativo — disse o

assessor de imprensa da Caixa, Wagner Luís Pinto.

— Mas não há tratamento VIP. Os parlamentares são tratados como qualquer outro cliente da agência — garantiu o assessor.

Não é o que pensa a CPI. Os parlamentares imaginam que Ricardo Caddah chegava a buscar na própria casa dos parlamentares as grandes somas de dinheiro para depositar nas contas. Assustado com a súbita notoriedade, Caddah passou todo o dia de ontem fugindo da imprensa. A quem se aproximava, mandava que procurasse a assessoria parlamentar ou a assessoria de imprensa da Caixa.

— Eu tenho muito trabalho aqui. Procurem os setores competentes da Caixa — repetia o gerente.